

TEMPLATE REUNIÃO PDI

Campus Alegrete

08/10/18

Memória da reunião do PDI realizada em Alegrete no dia 08/10/18, das 9h às 12h e das 14h às 18h, no auditório do Campus.

Foram registradas nessa memória as falas de: Maurício Aires Vieira (Vice-Reitor no exercício da Reitoria), Luís Hamilton Tarragô (representando a PROPLAN), Roberlaine Jorge (Diretor), Cláudio Schepke (Coordenador Acadêmico), Fernando Munhoz (Coordenador Administrativo), Paulo de Tarso Irizaga (representando a PROPPI), Sandro Burgos (PRAEC), Daniel Viegas (PROGEPE), Pedro Madruga (PROPPI), Bruno Martinato (PROGRAD), Rafael Maurer (PROEXT), Rafael Ferraz (DEaD), Mara Cristina (DEaD), Pierre Martins (DTIC), Fernanda Mendes (DAEINTER), Carlos Dilli (docente), Amanda Melo (docente), Vítor Almada (docente), Chiara Valsecchi (docente), Adriana Salbego (docente), Robson Gonçalves (DTIC), Denise Rubim (ACS), Thiarles Medeiros (DTIC), Luciano Vargas (DTIC), Ronaldo Canofre (DTIC), Maurício Fiorenta (DTIC), Frank Sammer (TAE), Marcele Finamor (TAE). A reunião iniciou-se às 9h49 com a fala de Luís Hamilton Tarragô que informou a respeito da assinatura da lista de presença e a respeito da metodologia de trabalho, saudando a todos os presentes, desejando um dia de trabalho proveitoso. O Diretor do Campus Alegrete fez uso da palavra e destacou que espera que tenhamos um bom dia de trabalho, apontando como crítica o tempo diminuto para construção do PDI, assim como a demora no envio de informações por parte da Comissão Central e o fato de alguns eixos com informações que não permitiam a análise satisfatória por parte do campus. Roberlaine frisou que, para o próximo PDI, as discussões deveriam se iniciar antes e que aquilo que fixarmos como metas deverão ser cumpridas. O magnífico Vice-Reitor, no exercício de Reitor, frisou que o PDI é um documento de toda a Unipampa, pois ele é resultado da discussão coletiva e deverá refletir a realidade da comunidade e servirá para todos os gestores futuros, pois guiará a busca por recursos humanos, custeio e capital. Reforçou que, quando do reconhecimento de um curso, o PDI é um dos primeiros documentos solicitados pelos avaliadores, evidenciando mais um motivo da sua importância. Destacou que essa etapa é mais uma, pois na sequência teremos a etapa virtual e o

ideal é que tenhamos uma participação maior da comunidade acadêmica. Luís Hamilton reforçou a dinâmica de trabalho, sublinhando que as participações são bem-vindas, mas deverão ser concisas e propositivas. Ele também destacou que após essa etapa teremos a etapa virtual e que, portanto, a participação de todos será importante. Quanto aos avanços na proposição do novo documento, ele destacou que há metas a serem atingidas, além dos planos de ações e o monitoramento das iniciativas e dos eixos estratégicos do PDI. No caso do monitoramento, ele frisou que o apoio do DTIC foi fundamental, pois a partir de agora temos uma ferramenta para avaliar o avanço e as possíveis falhas no novo PDI. Na sequência, Luís apresentou o template do Campus Alegrete com todos os eixos nos quais o Campus realizou a sua contribuição. Uma vez que não havia dúvidas, iniciou-se a leitura das contribuições do Campus com o eixo 1 – Perfil institucional. Amanda solicitou que o arquivo fosse enviado para o e-mail do campus Alegrete, de modo que ficasse mais fácil a leitura de todos os presentes e inclusive dos servidores que quisessem realizar uma leitura posterior. Eixo 2 – Organização administrativa – Daniel (PROGEPE), apontou que seria interessante entender melhor que se pede a respeito da “estruturação do serviço de saúde”. A professora Amanda informou que, segundo informações que ela recebeu do NUDE, muitos atendimentos a alunos com problemas psicológicos não atende a demanda, sendo que a atuação de um servidor psicólogo para o primeiro acolhimento seria o ideal, inclusive como forma de mediar problemas envolvendo questões de conflitos entre os próprios servidores. Ela reforçou que a atuação do psicólogo é importante, inclusive, para os próprios servidores, embora ela anote que o problema seja maior entre os discentes. Luís apontou que há o trabalho de um psicólogo atuando na PROGEPE. Daniel informou que há duas psicólogas na PROGEPE e uma na PRAEC, e a reitoria trabalha na intenção de ofertar aos psicólogos um ambiente e uma dinâmica de trabalho que permita que eles atuem mais diretamente com os campi. Roberlaine complementou que foi elaborado um documento no campus e recebeu a informação de que o psicólogo não pode clinicar e que, portanto, deveríamos pensar na hipótese de terceirizar esse trabalho, ou até mesmo, algum tipo de convênio. A professora Amanda completou relatando que durante o doutorado dela, precisou de atendimento de psicólogo e o trabalho da instituição no qual ela estudava foi muito bom e permitiu que ela seguisse os estudos. Ela frisou que a sua preocupação é maior com os alunos, pois os servidores, normalmente, possuem plano de saúde e o aluno não. Ela destacou que o trabalho do NUDE é bom, mas os servidores desse setor não conseguem atender a toda demanda, pois faltam ferramentas para atender a todos. Luís Hamilton afirmou que há a necessidade de se estruturar no novo PDI um planejamento que atenda à saúde de toda a comunidade acadêmica. Quanto a terceirizar o atendimento, Luís se considera cético a respeito, pois pela experiência dele em relação às terceirizadas resta, inclusive, a dúvida de como seria a transição dos dados dos pacientes entre uma empresa e outra. Além disso, as questões orçamentárias não permitem que se faça um planejamento nesse sentido, sem que se tenha a certeza do cenário financeiro. Daniel reforçou que um profissional por campus

talvez não seja a melhor forma de atender, até mesmo pelo fato de que ele não consiga atuar à vontade por estar inserido no contexto da rotina da unidade. Para ele, o ideal seria criar um “grupo de trabalho” que atue nos campi, conectando todos os setores envolvidos no atendimento à comunidade acadêmica. Roberlaine destacou que está pensando alternativas e a capacitação dos docentes seria uma forma de começar a preparar os professores (que são jovens) a atuarem em várias situações inerentes ao trabalho docente.

Eixo 3 – organização e gestão de pessoas – A professora Amanda sugeriu temas para capacitação: criar estratégias para Libras, iniciação à docência no ensino superior (que envolva inclusive o diálogo com o aluno), uso das tecnologias na educação, didática e avaliação, acessibilidade, ética na profissão, iniciação ao serviço público. Ela destacou que os docentes deveriam possuir um atendimento de formação e qualificação nos mesmos moldes do que é proposto aos TAEs. Ela complementou a sua fala apontando que a questão da qualificação em língua estrangeira é um ponto a ser pensado, pois no momento são altos os valores para que o professor consiga publicar em outra língua, em virtude, por exemplo, do trabalho do tradutor. Fernanda (DAEINTER), esclareceu que há um programa chamado Idioma sem Fronteiras e que há uma pequena adesão de professores e técnicos para participarem, por isso ela incentivou a todos que se organizem para participar. A professora Amanda respondeu que o ideal seria um curso que atendesse a escrita acadêmica. Diante disso, Fernanda informou que falará com os colegas da área de idiomas para verificar essa possibilidade. Roberlaine frisou que há uma luta para que se consiga formar uma turma de inglês no campus, mas o grande problema é a adesão dos professores, pois houve evento no campus no qual não houve a participação de nenhum docente. Entre os alunos, informou o diretor, já há um trabalho com boas expectativas, mas entre os docentes haverá de ser realizado um trabalho para motivá-los a participar. A professora Amanda respondeu que participar de uma tarde de conversa com alunos estrangeiros é mais interessante aos alunos, mas não dará conta do que ela e outros colegas precisam como política da Unipampa (explorando, inclusive, a educação EAD), que seria no sentido de uma qualificação para a escrita acadêmica em língua estrangeira. Luís completou afirmando que outros campi também manifestaram o interesse nesse sentido. Paulo de Tarso informou que em 2015 houve o edital do Inglês sem Fronteira, onde ele foi oficinairo, sendo que ele destacou que o professor escolhia a oficina por assunto, momento no qual ele escolheu a sua oficina com a temática da “escrita acadêmica”. Por isso, ele acredita que seja possível reofertar cursos nesse sentido, embora agora não seja possível nos novos editais que os servidores possam atuar como oficinairos. Para ele, o ideal seria alterar o edital, permitindo que pessoas com formação atuem nos cursos de idiomas. Ele sugere, inclusive, que poderíamos acionar o NUDEPE nesse sentido. Roberlaine complementou que essa poderia ser uma saída, pois muitos servidores são qualificados para atender a demanda de cursos dos servidores, bastando organizar a demanda.

Eixo 4 – Avaliação institucional – A professora Amanda destacou que seria importante que os dados da avaliação institucional estivessem disponíveis por curso,

campus etc., de forma que fosse possível realizar uma transparência e publicidade dos dados e fomentar a discussão e manipulação quando da própria avaliação. Luís apontou que atualmente a CPA funciona muito bem, mas o grande desafio da Unipampa é de realmente fazer com essa avaliação converse com os atores envolvidos, que todos consigam perceber o que está acontecendo e que possam atuar diante da situação que se apresenta. Não, há, portanto, uma percepção de que a avaliação esteja contribuindo para qualificar a instituição. Eixo 5 – Projeto Pedagógico Institucional – Frank destacou que a questão da burocracia excessiva está sendo pouco discutida, pois os espaços para se debater isso estão escassos. Para ele, estamos nos tornando “ilhas” e cada campus está atuando de forma isolada, talvez até vivendo os mesmos problemas sem perceber que um outro campi já os tenha superado. Para ele, estamos com questões como a volta de burocracias que antes não eram necessárias e, em relação aos laboratórios, apontou a oportunidade de atendimento a demanda externa que permitirá captar recursos, mas não sabemos como fazê-la, por isso é preciso discutir a prestação de serviço. Madruga (PROPPI), destacou que a fundação será fundamental para que possamos atender a essa demanda de prestação de serviço e a própria captação de recursos oriundos de outras fontes. Luís contribuiu com o debate afirmando que a prestação de serviço como é feita na HUVET e no Planetário (da sua forma) permitiu receber o recurso de volta do Governo Federal, mas ele retorna conforme um saldo que permite receber esse valor. Para ele, o governo trabalha com a proposta de superávit financeiro, contabilizando por conta dos aportes que as instituições logram graças a prestação de serviços ou fundações. Já na LDO 2019 há uma novidade para IFES, no sentido de que todos os recursos conquistados pela instituição estarão previstos no orçamento, desvinculados do teto de gasto. Em relação à fundação, Luís Hamilton informou que está tramitando, mas há uma cautela a respeito, pois será preciso o relacionamento gerencial com uma fundação de apoio, em virtude da questão da fiscalização dos recursos. Por isso, há a capacitação de um servidor nesse sentido, complementou. Segundo ele, já estamos atuando em parceria com outra instituição que já implantou a fundação nos moldes semelhantes ao que propomos e isso permitirá que possamos lograr a criação de uma fundação que atenda a todas as nossas demandas. Fernanda destacou que houve a revisão de um PPC e que o trabalho seria melhor se tivéssemos uma padronização e orientação institucional no sentido de que conseguíssemos a aprovação já na primeira tramitação. Portanto, ela sugeriu um documento de referência. Bruno Martinato respondeu que o PPI refletirá nos PPCs, daí a sua importância. Rafael (PROEXT) informou que irão auxiliar os cursos no sentido da discussão sobre os PPC que deverão atender as novas diretrizes, principalmente no que diz respeito à curricularização da extensão. Roberlaine informou que recebe muitas demandas da comunidade, sendo que há convergência entre o que propõe a comunidade e o que é latente entre a comunidade acadêmica. Por isso, ele propõe que seja discutida a proposta do curso de Arquitetura, pois é um desejo da comunidade. Em relação à pós, ele afirmou que ela permite a oferta de um profissional ainda mais qualificado ao mercado. Para ele, o doutorado é um sonho para

todos, mas antes, deveremos qualificar e consolidar o mestrado. Por isso, ele entende que temos que inserir no PDI a proposta de doutorado no campus Alegrete. A questão das licenciaturas é importante, e o caminho é o EAD, pois quanto mais a universidade propor possibilidade de estudo, maior será o interesse pela comunidade. Luís reforçou que a comunidade do Campus Alegrete deverá pactuar as suas prioridades. Bruno Martinato destacou que há a proposição de fóruns e eventos no sentido de atender a demanda EAD e outras demandas. Amanda sugeriu que o fórum deve ser uma estratégia da Unipampa para permitir a socialização e o debate. Rafael (DEaD), informou que é uma estratégia a qualificação dos cursos de pós a participação em qualificação interna. Cristina colaborou destacando que deveríamos pensar em componentes curriculares que pudessem ser oferecidos multicampi. Rafael (PROEXT) informou que a professora Nádia está em São Gabriel em agenda da pró-reitoria. Completou que há um trabalho no sentido de se fazer um check-list de modo a facilitar o trabalho dos proponentes. No eixo 6 – Corpo discente – O professor Dilli informou que o MEC proporá um cadastro nacional para ocupação de vagas ociosas nos processos seletivos, fazendo com que tenhamos mais trabalho nas secretarias e, conseqüentemente, haverá o atraso do ingresso desses alunos. Bruno Martinato informou que já há um cadastro reserva na Unipampa, com data estipulada de ingresso, de modo que não permita que um aluno entre na Unipampa já reprovado por faltas. Para ele, precisaremos de uma adequação de todos os cursos para que possamos chamar novos alunos. Marcele, NUDE, em relação à saúde dos acadêmicos, destacou que a demanda de atestados é grande e que, portanto, precisaremos de uma política nesse sentido, pois precisamos promover ações que atenuem os efeitos dessa situação negativa. Para ela, embora tenhamos uma resposta e uma parceria boa com os órgãos de saúde pública, precisaremos de uma ação mais contundente da Unipampa, inclusive que isso seja considerado no PDI. Madruga destacou que em todos os campi nos quais ele participou da discussão do PDI ele percebeu que a questão da saúde mental foi recorrente. Mas é importante divulgar que o psicólogo não poderá atuar clinicamente, e sim, na esfera da orientação e encaminhamento. Por isso, Madruga propõe que seja feita a discussão com outros órgãos e entidades, inclusive aproveitando o momento do SIEPPE para fomentar esse debate e procurar soluções. Para ele, a discussão sobre terceirizar o atendimento é uma proposição que merece discussão, mas o Conselho da categoria deveria ser ouvido para sabermos quantos atendimentos um psicólogo poderia realizar, de modo a sabermos a viabilidade financeira e qualitativa de atendimento. Ele espera que, durante o SIEPPE, a sala na qual haverá a discussão sobre a saúde mental esteja cheia, para que todos possamos encontrar um caminho para esse tema vital. A professora Amanda elencou ações nesse sentido de atendimento direto e indireto que permitem a atuação (principalmente das mulheres) e atendem demandas básicas que poderão permitir que a universidade se torne mais acolhedora. Por isso, ela reforçou que precisamos de um programa institucional que coloque em pauta fóruns, rodas de conversa, campanhas educativas que fomentem todo tipo de discussão. Marcele lembrou que há um projeto

na área da saúde no campus e que terá, inclusive, a presença de psicólogo da PRAEC. Ela reforçou que é premente a necessidade de um atendimento especializado no sentido de atender aos alunos. O professor Dilli destacou que também os docentes e técnicos acabam adoecendo por causa da demanda e da forma de trabalho na universidade. Ele solicitou mais informações a respeito da fraqueza “editais com prazos menores”, sugerindo que o processo fosse mais célere. Daniel destacou que temos seis psicólogos, sendo que um está acompanhando o cônjuge. Sendo assim, temos cinco atuando para atender e buscar a prevenção de problemas mentais, buscando minimizá-los. Informou que já há discussões entre as instituições no sentido de se discutir formas de buscar propostas para a questão da saúde mental. Sandro Burgos (PROEXT) informou que, em relação aos prazos e editais, há o problema da demora ocasionada com as várias chamadas do SISU, por isso foi pensada a bolsa emergencial, via edital e acesso ao RU com alimentação subsidiada. Também há o planejamento para que em 2019 é a ampliação do número de bolsas emergenciais (demanda vinda dos NUDEs) e a proposta de diminuir a burocracia com a questão da renovação anual de documentos para se candidatar (ou prestar contas) a bolsas ou auxílios. Roberlaine, a respeito da qualidade de vida, compreende que a sistematização é importante. Além disso, precisamos de ações que ultrapassem o simples registro em documentos oficiais. Ele cita como exemplo, o “acompanhamento de egresso” que não há uma sistematização por parte da Unipampa, indicando o que deverá ser feito, apontando bons exemplos de outros campi (ou instituições) e permitindo que todos saibam o que deverá ser feito. Destacou, também, que as várias iniciativas realizadas ou em andamento precisam ser destacadas e estimuladas. Cláudio, na sua fala, apontou que nos discursos de formatura foi possível observar que os alunos destacaram que estudaram durante as madrugadas, evidenciando que algo está errado na forma de se buscar o conhecimento. Roberlaine destacou que o próprio fato da Unipampa Alegrete ficar aberta quase que 24 horas e aos finais de semana talvez deva ser repensado, pois isso não permite aos discentes que eles se “desliguem” da universidade para se dedicar a outras atividades. Para Robson (DTIC), precisamos trazer o aluno para a instituição não só para estudar, e sim para outras atividades que tornem o ambiente mais agradável. Denise (CS), informou que foi proposta uma página sobre os egressos e foi atendido, mas quem solicitou não deu continuidade ao projeto. Para isso, precisamos fomentar essa proposta e alimentar o projeto. O professor Dili destacou que, quando da vinda de avaliadores do MEC, uma das perguntas frequentes era “sobre a formação dos egressos e para que mercado de trabalho vocês formam eles”. Bruno Martinato lembrou que existe um projeto de acompanhamento de egressos, mas ele se encontra em uma fila de desenvolvimento coordenado pelo DTIC. Pierre (DTIC) informou que em relação aos egressos foi criado um site para isso, com uma ideia inicial de menu sem nenhum texto, sendo considerado urgente à época, mas até agora não foi colocado em ação. Há outra proposta que deverá ser colocada em prática em agosto de 2019, com a parceria com a PROGRAD. Ele apoia a ação do campus Alegrete nesse sentido, mas entende que o ideal seja um projeto institucional.

O professor Dilli informou que os avaliadores do MEC perguntam direto ao coordenador do curso sobre o perfil do aluno/taxa de empregabilidade e outras perguntas pertinentes ao universo discente. Roberlaine não considera excludente a ideia do campus, exemplificando como serão as informações que serão tornadas públicas. Para ele, quando o aluno ainda se percebe como sendo da Unipampa mesmo após formado permite um ganho institucional imenso. Às 12h17 a reunião foi interrompida para o almoço, reiniciando às 14h18 com o Eixo - Corpo discente - . Luís fez um breve relato a respeito do trabalho realizado pela manhã. Os presentes foram convidados a se posicionar sobre os eixos já debatidos, principalmente o Eixo 7. A professora Amanda questionou a questão do semipresencial proposto nos currículos de graduação. Para ela, essa discussão ainda não está madura na universidade, sem manifestações claras de como os PPCs deverão ser elaborados para contemplar no currículo a questão da EAD. Portanto, para ela faltam orientações a respeito que não levem os campi ao retrabalho. Rafael (DEaD) explicou que há um manual / norma que irá atender a essa demanda dos cursos sobre informações a respeito da EAD e isso será discutido no fórum EAD. Para a professora Amanda, o PDI deverá contemplar essa caminhada. Charles (DTIC) destacou que, no tocante ao perfil institucional, deveríamos incluir um ciclo de discussão anual para verificar se atingimos as metas propostas e rever o caminho traçado e procurar novas soluções, podendo ser uma análise no formato virtual e a distância. Luís destacou que tem que ficar bem claro que a Unipampa recebe a sua receita conforme o número de alunos, sendo o único cálculo que o governo usa para a distribuição de receita. Para ele, precisamos realizar a crítica para verificarmos se as demandas pactuadas foram alcançadas, revendo aquilo que não foi realizado e que nem será por fatores externos. Destacou que os órgãos de controle já começaram a ver no PDI uma forma de fiscalizar ainda mais as IFES. Para ele, se não fizermos o dever de casa, tornaremos inviável a Unipampa para o próximo gestor. Luís complementou a sua fala reforçando que precisamos, diante do fato de termos aberto muitos cursos sem planejamento, rever o que faremos a partir de agora. Luciano (DTIC) observou que a baixa participação da comunidade na discussão do PDI. Sem saberem a realidade da Unipampa, a ideia que passará é de que decisões graves são tomadas pelos gestores de maneira isolada, sendo que na verdade, todos foram e serão convidados para participar das decisões. Luís destacou que, na opinião dele, servidores públicos deveriam ser convocados a participar da reunião, pois não é crível que um grupo de 50 pessoas decida os rumos de uma universidade. Amanda se manifestou no sentido de que deveremos rever o processo, rumando para uma cultura organizacional. Ela sublinhou que a técnica usada não facilitou o diálogo, pois se tratava de uma planilha para preencher, com um olhar e linguagem da área da Administração. Quanto aos alunos, ela compreendeu que uma chamada por e-mail não resulta em efeito prático. Para Luís, uma boa parte dos servidores está muito passiva. Se os gestores não se mexerem e não encaminharem em mãos as informações, chegamos ao ponto dos servidores não saberem coisas básicas a respeito da instituição, como o orçamento, por exemplo, que está na página da PROPLAN. Ele

ressaltou que o governo federal trabalha com programas e a Unipampa ainda não logrou esse caminho. Portanto, temos que construir uma cultura de participação. O diretor sublinhou que uma fala sobre gestão/administração de Luís Hamilton o preocupou. Para ele, a fala de que o orçamento está atrelado ao número de alunos é preocupante, pois todo o dinheiro que aporta no campus é investimento. Essa questão de número de alunos merece cuidado, mas para ele, o maior medo é encarar como uma empresa, sem levar em consideração a particularidade da multicampia e o perfil dos cursos. Para ele, portanto, o projeto institucional que estamos discutindo tem que levar em consideração o impacto da Unipampa na região, pois se levarmos de maneira cartesiana a discussão, muitos cursos poderão ser fechados. Luís concorda com a fala dele, mas reforçou que se nada for feito o MEC atuará e a mensagem que passaremos para a sociedade é que a Unipampa está perdendo espaço e diminuindo o seu peso na região. Para Luís, é importante que a Unipampa veja os seus problemas e atue e que não deveremos negar a realidade dos números, pois há índices preocupantes que podem ainda inviabilizar a instituição. Daniel concordou com a questão do planejamento e com a construção de metas e instrumentos avaliativos anuais. Para ele, precisamos agir, pois não temos mais tempo para esperar que o cenário mude e todos devem participar da discussão. No Eixo 7 - Educação a Distância - A professora Amanda se manifestou afirmando que ela foi coordenadora EAD e agora é aluna EAD, tendo a oportunidade de perceber como os colegas professores agem a respeito da EAD. Para ela, a infraestrutura para o EAD não é nem perto do razoável, pois não é fácil conseguir espaço no laboratório e outras dependências da Unipampa. Para ela, o tutor à distância deveria ser um docente por campus, com compromisso pedagógico e com o curso. Há questões que envolvem o próprio atendimento dos alunos EAD que acaba sendo deficitária e burocrática e, além disso, os cursos, sendo institucionais, deveriam ser contemplados com ao menos um professor para atender um grupo de até 150 alunos. Ela observou que a visão de que o curso de Letras é considerado como não sendo um curso da Unipampa, e um dos fatores é o fato de que ele não traz recursos para o campus. Também, para ela, falta acessibilidade na educação a distância e que no próprio curso muitos alunos (principalmente docentes em segunda formação) tiveram o primeiro contato com o tema. Cristina (DEaD) reforçou a fala de Amanda sublinhando que o curso EAD institucional da Unipampa é visto com bons olhos pelas outras IFES, e que por isso, deveremos ter uma atenção e um zelo pelo sucesso do curso. Roberlaine reiterou que temos um curso EAD com mais de 300 alunos e isso assusta a quem não percebe o conceito diferente de educação oferecido. Para ele, o curso de Letras é da Unipampa Alegrete, mas está faltando uma aproximação. O ideal é que tivéssemos ao menos um professor de Letras no campus que viabilizasse esse contato, essa parceria que lograsse criar uma identidade ao curso. Diante do fato de que o curso não traz recursos e solicita espaço no campus, automaticamente surge o questionamento de que ele é deficitário para o campus e, para o diretor, essa visão está errada, mas é difícil debater frente a essa realidade. Por isso, ele sugere também que tenhamos uma maior atenção para com o atendimento aos alunos, quer com o

aporte de mais servidores ou um atendimento EAD mais dinâmico. A professora Amanda questionou os critérios para que a alocação docente seja feita, principalmente no que diz respeito ao EAD. Ela frisou, diante dessa dúvida, que a presença de um docente tutor no polo é vital para o êxito do curso. Vítor questionou se no PPC está vinculado um tutor docente e Amanda respondeu que na época que ela participou era assim e que hoje ela não tem esse conhecimento. Hoje, reforçou ela, não temos tutor no campus Alegrete. Cristina (DEaD) afirmou que no PPC registra o professor tutor, mas é isso não é automático e está sendo construído, por isso deveremos pensar em algo novo a respeito. Rafael (DEAaD) destacou que havia a nomenclatura do tutor docente (isso em 2009) e que havia, inclusive, a previsão de espaço físico nos campi. Em 2016, entretanto, diante do crescimento desordenado da Unipampa não tivemos a destinação de espaço para a EAD e que, portanto, diante do fato de que outros campi almejam ser polos, precisamos discutir a questão do compartilhamento de espaço físico e atribuições. Para ele, temos apenas uma vaga destinada ao EAD e que não foi usada. Além disso, os professores do Campus Jaguarão findaram por abraçar o curso de Letras, acarretando no impacto nas horas-atividades dos docentes. Diante de tudo que foi exposto, Rafael concordou que temos que superar essa discussão de que o curso traz ou não traz dinheiro. Vítor, com relação à especialização, percebeu que colegas não apoiaram pelo fato de que haveria o aumento da demanda de serviço, ignorando que é função da universidade a oferta de cursos dos mais variados tipos. Para ele, se o EAD está no PDI e sendo institucional, estamos simplesmente cumprindo o que está no PDI. Amanda pontuou que deveremos qualificar a estrutura dos polos e conquistar recursos humanos que possam atender a demanda. Para o professor Dilli, os problemas até então apresentados são internos e não são intransponíveis e que, portanto, precisamos superá-los. Para Amanda, o curso está ameaçado se não tivermos o cuidado com ele no que diz respeito a servidores e infraestrutura. Para Daniel (PROGEPE), não há previsão de docente para EAD, pois não há pactuação com a o MEC a respeito. Segundo ele, quanto à material humano, teremos que pensar com o que temos de servidores, pois durante a vigência do próximo PDI será muito difícil conseguir mais servidores. Por isso, precisaremos ter um redimensionamento dos setores para atender os novos desafios. Para Luís, está claro o quanto fez falta um debate mais exaustivo e esclarecedor a respeito da abertura de qualquer tipo de curso. Talvez, segundo ele, tenham faltado perguntas básicas como “a questão de espaço para abertura de curso” e que agora, todos estão sofrendo com a falta de espaço, docentes, técnicos, acervo bibliográfico. Hoje, aponta Luís, dos 27 primeiros cursos criados, há cursos que até hoje não estão com toda a estrutura pronta e, mesmo assim, criamos em 2012 uma segunda leva de cursos que impactou ainda mais as finanças da Unipampa. Vítor questionou se seria quantificado o número de especializações ou cursos previstos para o próximo PDI. Luís explicou que com a construção do PDI em cima dos eixos estratégicos conseguiremos ver a realidade de cada campi para construir a política da Unipampa. Para ele, a chave será o diálogo sobre o que poderá ser criado tendo como base o cenário no qual a Unipampa está

inserida, levando em consideração todos os fatores de risco. Amanda questionou quando haverá a segunda parte do PDI, pois ela recorda do anterior quando havia perguntas pertinentes ao número de cursos, com poucos indicadores. No eixo 8 - Infraestrutura - Luís e os presentes discutiram a respeito de alguns tópicos que poderiam ser retirados por já ter sido discutidos. Para Luís, há mudanças na questão orçamentária sendo gestadas no governo federal e é preciso se preparar. Voltando à EAD, ele não consegue ver na CAPES a segurança a respeito do apoio à EAD. Rafael complementou que estamos pagando pelo preço de erros de outras universidades que devolveram milhões que deveriam ser investidos em EAD, enquanto a Unipampa devolveu R\$ 510,00. Cristina (DEaD) lembrou que para 2019 está sendo avaliado o reoferecimento do curso EAD e isso está sendo discutido, principalmente o impacto que isso poderá provocar em relação a demandas. Amanda reforçou a fala de Cristina no sentido de que a multicampia facilita o EAD. Continuando o eixo infraestrutura, Ronaldo (DTIC) apontou como fica a demanda de equipamentos para o bom funcionamento digital da Unipampa. Marluce, Bibliotecária do Campus, destacou que falta espaço para estudo e para o acervo, além da falta de acessibilidade e falhas no SIE. O professor Dille, em relação à ABNT, reforçou que precisaremos ter o acesso à ABNT, mas não entende como isso seria registrado no PDI. Luís informou que foi autorizado que a SISBI redija o termo de referência no sentido de adquirirmos esse importante serviço e, em relação às demandas do DTIC e biblioteca, deveremos ver quais são as prioridades das prioridades. Para Luís Hamilton, não foi contemplado no diagnóstico do Campus no tocante à infraestrutura fosse contemplada a questão dos terceirizados, acessibilidade e frota. Por isso, é essencial que o campus defina as suas prioridades. Segundo Roberlaine, a prioridade é terminarmos as obras que estão paradas, pois seria um novo erro iniciarmos obras com outras em andamento ou paradas. Amanda colaborou afirmando que o laboratório de informática precisa de manutenção, pois ele não se encaixa no mesmo perfil de uma obra para ser comparado, e sim, como uma tarefa de manutenção e troca de computadores, em um investimento imprescindível para os estudantes. Fernando apresentou preocupação com a questão do PPCI do campus, pois em breve haverá uma nova fiscalização da prefeitura e estamos agora presos a questão orçamentária. Além disso, a questão da segurança preocupa, em virtude do tamanho da área. Luís Hamilton informou que, diante do fato de termos mais de 200 estruturas, já é possível considerar que a questão do PPCI caminha para uma solução. Luís frisou que quando é solicitada uma obra, temos que ficar cientes do pacote de manutenção, limpeza, luz, água, soluções tecnológicas e vigilância que vem junto com a obra. Por isso, é preciso planejar muito bem. Entretanto, o próprio crescimento da Unipampa é um desafio, pois o orçamento não o acompanha. Para ele, é preciso se analisar criteriosamente, durante a vigência do novo PDI, o que deverá ser necessariamente construído. Para Luís, a proposição no PDI anterior de uma casa do estudante por campi não levou em consideração o seu gasto mensal e agora, estamos sofrendo para decidir de onde vamos remanejar os valores para atender a essa demanda. Para Luís, não poderíamos e não podemos

iniciar nenhuma obra sem que todos os PPCIS estejam aprovados. Pierre (DTIC) informou que será preciso mais de dois milhões para atender a rede da instituição e que há a sensibilidade da PROPLAN no sentido de conseguir os valores. Só de computadores, o número necessário para atender os campi passa da casa dos 700, representando um valor vultoso para investimento da Unipampa. Para ele, se não tivermos planejamento, os próximos anos serão muito complicados, pois corremos o risco de inviabilizar a instituição do ponto de vista do atendimento via tecnologia da informação. Segundo Maurício (DTIC), a demanda está crescendo a tal ponto que precisamos tomar uma decisão a respeito, pois o risco de colapso é enorme. Para Luís, a instituição deverá decidir que em um ano, por exemplo, a Unipampa não fará nenhuma obra e deveremos atender às principais demandas do DTIC, para não ocorrer o que Pierre e Maurício apontaram. Além disso, Luís ilustrou a sua preocupação com a questão da manutenção de um número excessivo de equipamentos de laboratórios que estão avariados e de outros que poderão estragar, sem que tenhamos ainda uma política convincente de manutenção. Thiarles propôs que tenhamos dentro do PDI um acervo digital ou repositório para que tenhamos o armazenamento de uma gama enorme de documentos, entretanto, ele frisou que o valor a ser investido é considerável. Para ele, falta um cluster que seja destinado especificamente para ensino. Por fim, ele destacou que as soluções de TI geram economias e isso deve ser levado em consideração. Fernando respondeu que pelo menos 3 laboratórios passarão por reforma e em breve estarão disponíveis. Ele questionou sobre a questão de possível improbidade administrativa o abandono da obra da casa do estudante ou até mesmo, em movimento contrário, terminar a obra e deixar de lado outras obras. Para Luís, não há solução, pois precisamos terminar a casa do estudante. Ele afirmou que órgãos de fiscalização já questionaram sobre os motivos de determinada obra não ter sido concluída e solicitaram a lista de todas as obras realizadas até hoje na instituição, mostrando que a cobrança será cada vez maior. Diante do cenário no qual há 3 casas de estudante praticamente abandonadas, Luís destacou que o planejamento é até o final desta gestão, procurando terminá-las se o cenário fiscal e financeiro permitir. Além disso, ele frisou que não poderemos esquecer do desafio de manter essas três casas pelos fatores já elencados nesta reunião. Soma-se a isso, a previsão de abertura de novos RU e a própria repactuação dos valores que ocasionará a ampliação nos gastos. Quanto à frota, Luís informou que haverá um pequeno investimento em veículos em 2019, mas sem a aquisição de carros de passeio. Será previsto o investimento em van e ônibus, mas desde que a Unipampa consiga justificar claramente a importância dessas aquisições. A professora Amanda destacou que a questão da acessibilidade é importante e remete a outras questões interligadas à infraestrutura. Ela apontou que há barreiras físicas externas à instituição, como transporte e o próprio deslocamento nas vias públicas perto da instituição. Outro ponto diz respeito ao atendimento especializado que possui alguns desafios que ainda não foram superados como: o próprio atendimento educacional especializado, pois o atendimento é realizado pela Intérprete de Libras que, aliás, atua indiretamente como

interface com o NINA. Por isso, falta uma política que faça essa comunicação entre os campi e o NINA. Ela também destacou que falta uma acessibilidade na página da PROGRAD. Por isso, é necessária a formação dos servidores é essencial, pois muitas vezes quem elabora a página não tem a formação específica e desconhece qual seria o melhor formato para atender aos alunos. Ela abordou que cada pró-reitoria tem a sua linguagem e a sua forma de se comunicar com o cliente através do site, mas isso acaba por dificultar a comunicação e a acessibilidade. Roberlaine frisou que quanto à acessibilidade a direção tem conversado com a prefeitura a respeito dos problemas externos, inclusive com consulta ao jurídico. Para ele, houve por parte da direção a preocupação em se tomar uma iniciativa, adquirindo um equipamento que transforma uma cadeira de rodas em um triciclo, facilitando o trânsito do aluno nas vias próximas ao campus. Para tanto, ele solicitou que a PROAD e o NINA se esforcem para conseguir a aquisição do equipamento. A professora Amanda questionou o papel da universidade como provocadora de discussões e promoção de temas que são ligados à realidade da cidade, pois esse compromisso é de todos e ela entende que deveríamos acionar a comunidade para discutir temas de relevo. Para Luís, é extremamente importante que essas ações aconteçam, pois temos problemas até mesmo pontuais que precisam apenas do conluio dos atores envolvidos para que sejam facilmente resolvidos. Foi citado como exemplo, que em 2019, há a previsão de um fórum em São Gabriel com o MPF, FEPAM, Bombeiros etc., a respeito da gestão ambiental. Amanda apontou como relevante essa ação como elemento de crescimento regional, pois permite o debate da comunidade. Ela avançou na sua fala e afirmou que, no tocante ao transporte público, os cursos noturnos estão sujeitos à questão de que as aulas terminam em horário que aparentemente não coincide com as últimas linhas de ônibus. Para ela, não está claro a questão do horário, pois os alunos estão perdendo aulas e não há certeza de que ele realmente está precisando sair mais cedo, pois há transporte público previsto para 22h20. Quanto ao RU, ela afirmou que a mudança de horário também é um fator a ser repensado, pois está provocando um problema em relação aos professores que possuem o segundo horário de aula. Para Luís, esse problema ocorre em outras unidades e que não podemos perder o momento de discutir com outros atores essa demanda, pois corremos o risco de perder alunos e de prejudicar o trabalho dos servidores. Fernando apontou que já houve a conversa interna no campus e que a respeito do RU houve a antecipação do horário da janta para que os alunos possam jantar e ir para aula. Entretanto, se o aluno se afasta da aula antes do tempo, essa questão é inerente à atuação do professor. Quanto ao horário do ônibus, se está no contrato 22h20, cabe à Unipampa avisar a prefeitura e ela cobrar a empresa responsável pelo trajeto. Para Amanda, precisa ficar claro que há o horário para que os alunos se sintam seguros. Encerrando esse assunto, Adriana afirmou que no seu horário de aula, que coincide com o de Amanda, os alunos não saem mais cedo em virtude do risco de perder o transporte público. Fechando a reunião foi discutido o Eixo 9 - Orçamento - . Luís Hamilton apontou que o atual modelo de distribuição orçamentária deverá ser objeto de análise dos campi e solicitou

que os colegas se manifestem. Amanda apontou que ela considera que estamos longe do ideal e que a distribuição leva em conta os indicadores já conhecidos por todos. Para ela, há valores destinados para participação em eventos e para a própria participação dos alunos, mas o valor não logra a contemplação da maioria. Por isso, precisamos pensar numa forma de equacionar essa demanda. Luís compreendeu que é possível que o NUDEPE proponha uma política que atenda esse tipo de formação. Fernando colaborou que ao campus cabe administrar o orçamento encaminhado pela reitoria, e que pela decisão do campus o rateio será por curso. Portanto, cabe ao curso dividir e discutir a distribuição dos valores, pois a gestão da LOA não é do campus e sim da PROPLAN. Por isso, concordaram Amanda, Fernando e Luís, que seria possível equacionar os anseios de formação docente via resolução, atendendo às questões de viagens de estudo, cursos, participação em evento etc. Embora o professor possa buscar recursos externos, Luís entende que a Unipampa deve instituir uma política para atender aos docentes. Chiara destacou que alunos de pós precisam publicar e não há previsão orçamentária que atenda a essa demanda da pós que abranja o deslocamento, inscrição e outras despesas inerentes à participação em evento vital para a formação do pós-graduado. Para ela, falta fluxo contínuo nos editais que fomentam a participação em eventos, pois há um hiato entre o período de classificação no próprio edital e o resultado da publicação em determinados periódicos científicos. Fernando solicitou que os editais tenham prazos que permitam a participação dos campi sem que eles percam os prazos, pois há, também, a falta de comunicação entre as pró-reitorias que dificultam a busca de informações. Rafael (PROEXT) informou que farão o esforço para melhorar a comunicação a respeito dos prazos nos editais. Luís e Rafael destacaram que a falta de harmonia entre a distribuição dos recursos e o fechamento do ano fiscal são empecilhos que, a princípio, estão sendo superados e poderemos ter melhoras para 2019. Fernando destacou que precisamos de capacitação dos servidores que estão em uma comissão e que não conseguem atuar por não estarem capacitados para participar, por exemplo, de editais. Rafael sugeriu um tutorial que oriente de forma contínua os servidores, ainda mais diante do fato de que há uma grande rotatividade nas comissões. Fechando a reunião às 17h27, Luís Hamilton agradeceu a presença de todos e foi pactuada a data de 18/10/18 para envio do diagnóstico final revisado pelo campus. O diretor do Campus agradeceu a presença de todos e considerou que foi válida a discussão, lamentando apenas a baixa participação da comunidade acadêmica. Por fim, ele agradeceu ao comprometimento daqueles que estiveram presentes e participaram ativamente dos debates ou da própria construção do diagnóstico do campus. Vencida essa etapa, ele entendeu que o grande desafio será colocar em prática as ações contidas no PDI. Nada mais havendo a tratar, eu, Leandro Silveira Fleck, encerrei o presente documento que será publicizado na página do PDI 2019-2023.